



Sessão temática: Questões agrária, urbana ambiental e Serviço Social.
Cidades, desastres e políticas urbanas.

TRAGÉDIAS ANUNCIADAS: CONFLITOS SOCIAIS EM CONTEXTO DE DESASTRE AMBIENTAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

ANTENORA MARIA DA MATA SIQUEIRA¹
LUANA FERNANDES DOS SANTOS AZEREDO²
PAULA SIMÃO SARMENTO ALEXANDRE³
CAROLINE CRESPO DO NASCIMENTO⁴

Resumo: Este artigo apresenta uma análise dos conflitos sociais identificados em processos de desastres ambientais, a partir da base de dados de um observatório sobre desastres, plataforma virtual e física, resultado de uma pesquisa interdisciplinar que realizou um mapeamento sobre desastres relacionados à água no norte do estado do Rio de Janeiro. Para ilustrar, serão apresentados os conflitos evidenciados em duas diferentes localidades. Identificaram-se diferentes formas de enfrentamento dos atingidos nesses contextos, bem como a ocorrência de desastres com crise anunciada.

Palavras-chave: Cidades; Observatório; Desastre Ambiental.

Abstract: This article presents an analysis of the social conflicts identified in environmental disasters from the database of an Observatory on disasters, virtual and physical platform, the result of an interdisciplinary research conducted a mapping on water-related disasters in the North of the State of Rio de Janeiro. To illustrate, will be presented the conflicts highlighted in two different locations. It has been identified that affected people have different ways of coping with this context, as well as the occurrence of disasters with crisis announced.

Keywords: Cities; Observatory; Environmental Disaster.

1. INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras constituíram-se como espaços de diversos tipos de precariedades e desigualdades, fazendo com que os desastres ambientais não sejam apenas eventos físicos pontuais, mas processos sociais, espaciais, políticos e econômicos que se agudizam com a incidência de fenômenos naturais como chuvas, estiagens e secas, vendavais, dentre outros.

Em várias regiões do país, em especial após o ano de 2008, as populações foram atingidas pelas múltiplas catástrofes ocorridas no Brasil. As

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <antenoramas@id.uff.br>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

estiagens e secas, seguidas por enxurradas, inundações e vendavais são apontadas como os eventos mais recorrentes na agudização dos desastres entre 2008 e 2012 – as enxurradas e inundações foram as de maior frequência nas regiões sul e sudeste do país (SCHADECK, 2016). Entre 2008 e 2013 o governo federal transferiu para estados e municípios um valor superior a quatro bilhões de reais para serem usados nas ações de assistência, reabilitação e reconstrução das áreas atingidas (SCHADECK, 2016).

Se as pesquisas no campo das chamadas ciências naturais sempre foram hegemônicas nessa área, nas duas décadas recentes pesquisadores brasileiros das ciências sociais e humanas adensaram a sua produção, contribuindo com perspectivas que colocam em evidência as dimensões sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas dos desastres. No entanto, a realização das pesquisas enfrenta a dura realidade da insuficiência e/ou irregularidade das bases de dados em sua historicidade nas dimensões tanto quantitativas quanto qualitativas. Se isto ocorre em algumas cidades das regiões metropolitanas brasileiras que, em princípio, possuem recursos institucionais mais consolidados, nos pequenos e médios municípios essas características são aprofundadas.

Uma solução encontrada tem sido a realização de pesquisas e a estruturação de observatórios no âmbito das universidades e institutos de pesquisa. Essa iniciativa tem permitido a produção, registro e socialização de conhecimentos e saberes em sua historicidade.

Este artigo apresenta uma análise dos conflitos sociais identificados em processos de desastres ambientais, a partir da base de dados de um observatório sobre desastres, plataforma virtual e física, resultado de uma pesquisa interdisciplinar que realizou um mapeamento sobre desastres relacionados à água no norte do estado do Rio de Janeiro, coordenada por uma assistente social.

Ao qualificar os conflitos no âmbito dos desastres relacionados às águas, destaca-se que eles são inerentes às questões estruturais e históricas de conflitos pré-existentes, no bojo das sociedades que os produzem. Eles são “manifestações dos antagonismos de grupos e classes, que muitas vezes revelam a construção de sujeitos sociais e as identidades coletivas com as motivações e projetos que as formam”. (SIQUEIRA, 2015).

O foco deste artigo está nos agentes, nos objetos e nas formas de manifestação dos conflitos. Verificaram-se diferentes formas de conflitos enfrentados pelos sujeitos atingidos por desastres que não terminaram. Alguns deles foram silenciosos em seu cotidiano, mas em outros momentos adquiriram a forma de manifestações de caráter contestatório de grande visibilidade, em especial os que foram organizados em espaços como rodovias, praças públicas centrais da cidade, portas de prefeituras e câmaras de vereadores. Quando não atendidos, a judicialização passou a ser uma forte alternativa para o alcance das suas reivindicações uma vez que, acolhidos pelo Ministério Público, este exigiu o cumprimento por parte dos órgãos públicos.

2. O CONFLITO PELAS LENTES DO ODAm – OBSERVATÓRIO DOS DESASTRES AMBIENTAIS

O Observatório de Desastres Ambientais – ODAM – consiste em uma plataforma virtual e física. Ele segue a mesma linha de vários observatórios criados no âmbito de projetos de pesquisas acadêmicas, como o Observatório de Riscos de Desastres – OSIRIS/Universidade de Coimbra, o Observatório Cidadão de Enchentes/USP de São Carlos, dentre outros.

O objetivo dos pesquisadores com o observatório é realizar levantamentos dos desastres ambientais relacionados a águas, considerando as suas dimensões geobiofísicas, sociais, históricas e políticas, para disponibilizar informações, dados e estudos que subsidiem a população e profissionais, das mais variadas inserções institucionais, em suas tomadas de decisão.

O acesso ao observatório se dá a partir de uma página virtual. Nela, o usuário pode ter acesso às informações sobre desastres ambientais ocorridos em diversos municípios do Norte Fluminense, por meio de informações sistematizadas na Ficha de Inventário de Desastres Ambientais – FIDA. Tais informações são: estado, município, ano, período da crise do desastre, áreas afetadas, tipo de evento, descrição do evento, os conflitos socioambientais em tais contextos, e fontes das informações. Nessa mesma página, o usuário também pode acessar mapas, imagens, artigos, livros e demais produções.

Além das pesquisas teóricas e empíricas do núcleo de pesquisa que abriga o observatório, as fontes de informações utilizadas para a construção e alimentação do banco de dados do observatório são: IBGE, SINDEC-Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, ANA-Agência Nacional de Águas, INEA-Instituto Estadual do Ambiente/RJ, Defesa Civil nos municípios, Centro de Informações e Dados de Campos/PMCG, universidades e institutos de pesquisa e também pesquisa hemerográfica em jornais.

2.1 – A análise dos conflitos sociais em desastres ambientais

Os conflitos em desastres relacionados às águas trazem em seus meandros a presença de questões estruturais e históricas de conflitos pré-existentes, inerentes às sociedades nos quais são produzidos. Eles não surgem externamente, a partir deste ou daquele acidente. Preexistem amplamente, muitas vezes de modo surdo e rotineiro, em especial em tempos de “normalidade”, onde se percebe que as múltiplas e contínuas adaptações que regulam esses conflitos são quase invisíveis. Entretanto, a situação de crise é altamente favorável a uma leitura da emergência do poder a partir de uma situação conturbada (GILBERT, 1992), em que os diferentes projetos em disputa são exacerbados..

Pesquisas realizadas, neste âmbito, (VALENCIO 2014; SIQUEIRA, 2015; SIQUEIRA *et all*,2016; VARGAS, 2012) identificam que as contradições que constroem conflitos estão imbricados em várias frentes.

A mais evidente é na questão fundiária, em que a distribuição e uso desigual das terras, historicamente é uma expressão das posições de classe. As áreas ambientalmente mais fragilizadas acabam sendo a única opção de morada das populações de baixa renda. Essas áreas, uma vez classificadas pelos peritos como “áreas de risco”, acabam por legitimar o discurso da remoção justificada pelo risco.

Em decorrência, esta classe trabalhadora que não deseja sair do seu lugar de vida, e muitas vezes, de trabalho, enfrentam a contraposição da defesa civil e outros setores do executivo que exigem a sua saída. Resistem porque não querem sair da residência, não querem deixar seus pertences e

animais. Resistem também quando há tratamento desigual, quando há corrupção dos recursos destinados a recuperação do município, quando há demora nas soluções para os problemas decorrentes dos desastres, na luta por direitos sociais.

Ao terem como única solução o deslocamento para abrigos, muitas vezes o embate se dá com gestores desses locais pela diferença de concepção de organização e funcionamento dos mesmos e pelo tempo de saída do local. Por sua vez, também há que se enfrentar o cotidiano desses lugares na luta pela escassez de espaço, de mobiliário, de alimentação, de área livre.

Os conflitos em situações de desastres têm ocorrido em ambientes de desterritorialização de populações locais e de soluções que não levam em conta as perspectivas da população local, em geral concorrendo para a procrastinação de decisões. Por outro lado, tais embates propiciam a criação de categorias de lutas e sua organização em rede e alianças, bem como da criação de novas institucionalidades.

Para a análise proposta, utilizou-se uma matriz organizada no âmbito do referido observatório, a partir de base teórica e de pesquisas empíricas sobre conflitos em desastres realizadas por pesquisadores do observatório. Essa matriz os classifica em: 1) conflitos existentes em momentos pretéritos à ocorrência de fenômenos físicos que potencializam os desastres, marcados pelas relações sociais historicamente consolidadas e, 2) conflitos que são inerentes ao período de crise que se instala a partir da ocorrência do fenômeno físico que potencializa o desastre, e 3) conflitos que ocorrem a partir das respostas ofertadas pelos entes públicos ou privados que não correspondem aos anseios dos sujeitos atingidos pelos desastres.

2.2 – Lutas, conflitos e resistências em tragédias anunciadas.

Campos dos Goytacazes é um município localizado no norte do Estado do Rio de Janeiro, com uma população de 463.731 habitantes em 2010 e estimativa de 490.288 habitantes em 2017 (IBGE, 2017).

Mesmo com poucos registros oficiais sobre os eventos que deflagraram crises de desastres, foi possível identificar os seguintes (Tabela 1):

Tabela 1: Desastres em Campos dos Goytacazes

MÊS/ANO	TIPO	BACIA HIDROGRÁFICA	PESSOAS		
			Desalojadas	Desabrigadas	Afetadas
2003	Contaminação do Manancial de água e abastecimento da cidade	Bacia do rio Paraíba do Sul	0	0	300.000
2007	Inundação gradual	Bacia do rio Paraíba do Sul	48.068	8.345	100.145
2007	Inundação brusca	Bacia do rio Itabapoana	0	0	5000
Nov/2008	Inundação gradual	Bacia do rio Ururai / Lagoa Feia	15.022	2181	40.000
Dez/2008	Inundação gradual	Bacia do rio Paraíba do Sul	2.251	3.208	45.000
Jan/2011	Inundação gradual	Bacia do rio Muriaé	2947	129	0
TOTAL			68.288	13.863	490.145

FONTE: Elaboração própria com base nos AVADAN.

Pode-se observar que as inundações são recorrentes, propiciadas por inúmeros fatores correlacionados ao seu processo de desenvolvimento, aliados às características próprias do seu relevo. Trata-se de uma planície, cuja formação espacial originária baseava-se principalmente pela predominância de lagoas e brejos. Todavia, ações antrópicas vieram contribuindo ao longo da história para a produção e intensificação dos processos de desastres ambientais.

É secular o problema de enchentes no Estado do Rio de Janeiro, fenômeno natural condicionado a fatores climáticos, principalmente às chuvas intensas de verão, cujos efeitos são agravados pelas características do relevo: rios e córregos com forte declividade drenando bruscamente das serras para as baixadas quase ao nível do mar. A ocupação dessas baixadas, áreas naturais de retenção das águas, pântanos e brejos, só foi possível mediante grandes obras de drenagem e de diques de proteção. [...] Sabe-se hoje que essas obras, embora proporcionem grandes melhorias locais em épocas de enchentes mais frequentes, muitas vezes transferem o problema para jusante e agravam significativamente a situação das enchentes excepcionais. Outros fatores antrópicos, como o desmatamento em grande escala, a urbanização e as atividades que reduzem as áreas naturais de retenção, inclusive áreas de inundação, aumentaram

consideravelmente os volumes e os picos de cheias (COSTA; TEUBER, 2001, p. 06).

As obras de dragagem e drenagem de lagoas que causaram impactos ambientais profundos não só em Campos dos Goytacazes, mas em toda a região Norte Fluminense, foi conduzida pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS. Contudo, com sua extinção, o município passou a ser marcado por conflitos entre a elite local agroindustrial e os pescadores, ecologistas, bem como pequenos proprietários rurais e agricultores familiares (SOFFIATI, 2011). “Os proprietários rurais e donos de usinas assumiram o controle das estruturas hidráulicas, operaram comportas e barraram os cursos d’água” (TRF, 2014).

Essa ação gerou um dos piores desastres ambientais da história do município, ocorrido em 2008. Nesse ano uma forte precipitação causou a elevação dos níveis dos rios Imbé, Macabu e Preto, produzindo uma inundação de proporções ainda não registradas na história, afetando principalmente as localidades de Ponta Grossa dos Fildalgos e Ururai (MALAGODI e SIQUEIRA, 2012).

A solução apresentada para se reduzir o volume de águas nas localidades afetadas (no momento em que a população estava com suas casas já quase submersas) foi a destruição, por explosão, de alguns diques, como na Fazenda do Louro, o que permitiria o escoamento das águas em direção à malha de canais, à Lagoa Feia e ao mar (Ibid. p. 7).

A decisão do Ministério Público Estadual fez emergir um conflito histórico da região Norte Fluminense, que está relacionado ao uso dos recursos naturais por proprietários de terras, indiscriminadamente. Segundo Soffiati (2018a) proprietários rurais construíram vários diques com o intuito de ampliar as áreas das suas fazendas. Tais diques, de acordo com o inquérito civil público nº224/2008 (fls.34/87), foram construídos de forma ilegal (TRF, 2014).

Houve o posicionamento da Secretária Estadual de Meio Ambiente, mas o impasse levou a questão ao judiciário, e foi assumida pela 2ª Promotoria da Justiça de Tutela Coletiva do Município. Coube ao Promotor a determinação da explosão dos diques, pressionando o Prefeito para que decretasse situação de emergência, e retirasse as famílias de suas residências em direção aos abrigos públicos (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012, p. 8).

A imposição de diretrizes políticas e econômicas, por parte dos grandes donos de terras, é uma marca profunda da região desde sua formação no século XVII. Ainda hoje esse poder tenta se manter, expressando-se concretamente nos momentos de crise, como o apontado anteriormente. Assim, as tentativas de impedimento da explosão dos diques foram muitas, apesar do grande número de pessoas atingidas (15.022 pessoas desalojadas e 2.181 desabrigadas) (PMCG/Defesa Civil, 2009).

Houve confronto? Sim. Como evitá-lo? Práticas antigas estavam sendo questionadas e contestadas. Logo, formou-se uma oposição às operações comandadas pelo MPE. Por conta delas, o quinto dique não foi detonado. Muitas acusações foram levantadas: o rompimento dos diques permitiu à água acumulada avançar sobre localidades; certos lugares, como Retiro, foram invadidas por cobras; um estudo científico demonstrou que a implosão dos diques não contribuiu minimamente para reduzir o nível das águas, embora, na prática, não tenha sido esta a percepção dos moradores de Ururá e Ponta Grossa dos Fidalgos; o Promotor de Justiça Estadual Marcelo Lessa, que comandava as operações, foi denunciado à Corregedoria do MPE. Mais tarde, depois que o momento crítico passou, depois a favor dele (SOFFIATI, 2018b).

É evidente nesse caso que o conflito gerado estava baseado na disputa entre dois atores principais: o poder público (MPE) e a classe de proprietários fundiários. Entre a tentativa de garantir que as águas baixassem e a população pudesse retornar para seus lares, e a tentativa de manutenção de um poder sobre o espaço, historicamente construído.

Os conflitos, no entanto, não se mantiveram apenas entre tais atores, mas envolveram a população afetada e prefeitura municipal. Como as inundações eram constantes em algumas localidades da cidade, o poder público viu-se pressionado a dar alguma resposta a tal questão. A solução foi o reassentamento das famílias que viviam nas áreas denominadas “de risco”, para as unidades do Programa Habitacional Morar Feliz, inaugurado em 2000 (SIQUEIRA *et al*, 2016). De acordo com os autores, inúmeros problemas se deram nesse processo, como sua rapidez, inviabilizando que os moradores se organizassem e refletissem melhor, bem como a grande distância entre os locais de origem da moradia e os novos conjuntos habitacionais.

Percebemos que alguns moradores se sentiram pressionados a deixar suas casas, e até mesmo ameaçados de ficarem sem a ajuda do poder público, caso fossem atingidos por novas enchentes. No

entanto, a alternativa oferecida foi a residência em bairros distantes dos seus, em outro extremo da cidade (figura 3). Não foi permitida aos moradores opinarem sobre o seu processo de reassentamento, e nem “oferecida” a oportunidade de escolha. Dessa forma, a condução de tal processo fere as orientações dos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, que preconizam a participação da população em todo o processo que envolve ações de reassentamentos (Ibid. p. 119).

Muitos moradores resistiram à saída, reivindicando que o reassentamento se desse em área do mesmo bairro ou mais próximo.

Apesar de muitas famílias terem sido reassentadas, tais reivindicações surtiram efeito, pois a maioria das famílias residentes em áreas consideradas “de risco”, especialmente aquelas próximas à rodovia, está prevista para ser contemplada na segunda fase do Programa, que prevê a construção de um conjunto habitacional em Ururá (Ibid. p. 120)

O segundo “caso” tratado refere-se a Morro do Coco, 12º distrito de Campos dos Goytacazes, localizado ao norte do município a 47 quilômetros da sede municipal. Sua população estima-se em 4.683 habitantes e tem a economia baseada na agropecuária, comércio e serviços. Esse distrito, ao contrário dos demais que se situam na planície, está em terreno cristalino, em área de relevo mais acidentado.

Em 2018, a população residente naquela localidade sofreu com dois tipos de fenômenos físicos concomitantemente – movimento de massa e inundação. A partir de estudo de campo realizado identificou-se que algumas residências foram atingidas a ponto de terem a estrutura danificada. Vários moradores tiveram que deixar suas casas e se abrigarem com parentes e amigos, ou nos abrigos organizados pela prefeitura.

Mesmo a Defesa Civil alertando sobre a necessidade de saída das residências mais afetadas, alguns moradores resistiam. Os conflitos mais intensos, no entanto, se mantiveram entre os moradores residentes no Km 28, à margem da BR 101. Nesse local a presença da Polícia Rodoviária Federal se manteve constante até que funcionários da Auto Pista Fluminense concluíssem uma obra de reconstituição das manilhas responsáveis por transportar as águas de uma margem da BR 101 para a outra.

Durante a pesquisa, ao sondar sobre o que se tratava a presença dos policiais no lugar identificou-se que os moradores dali estavam tentando

paralisar a obra como forma de manifestação. Os moradores alegaram que não foi a primeira vez que suas casas foram invadidas pelas águas e que isso se dá devido às referidas manilhas ficarem obstruídas.

Segundo eles, quando perceberam que a água estava subindo apenas deu tempo de retirar as crianças, visto que o nível da água estava se elevando rapidamente.

Só deu tempo de pegar minha filha e as fraldas dela. Só que quando cheguei ali a água já estava na minha cintura. Como ela estava forte (a água) e minha sandália prendeu, eu desequilibrei. Pra ela não cair na água (a filha) acabei deixando a sandália para traz e as fraldas acabaram indo junto. Aí vim ajudar minha cunhada por causa da bebê dela. Só que aí a água já tava por cima da BR. Acabou que o enxoval caiu todo na água. Os policiais estavam tirando a gente, mas o carro deles já tava lá em cima e eles falando: corre, corre, a água já tá chegando lá no carro. A gente deu sorte porque tinha gente acordada ainda, senão tinha gente morrido. Foi muito rápido (Relato de uma moradora, 2018).

A causa principal da repentina elevação do nível da água seria, então, o insuficiente sistema de drenagem pluvial das bacias de captação às margens da BR101, prejudicada ainda mais pela limpeza irregular das manilhas que cruzam a estrada de montante à jusante. Somado a isso, a velocidade com que a água chegou àquela área fez com que carresse sedimentos, madeiras e plantas, contribuindo, assim, para dificultar o transporte natural delas. Nesse sentido, sem outro meio de escoamento a água subiu até a superfície da BR 101, passando por cima da mesma até cair do outro lado.

Devido à frequência dessa situação, ao não contarem com espaços de vocalização e resolução de suas questões, os moradores recorreram à imprensa, mas sem sucesso. Eles tentaram então colocar fogo em pneus, mas logo foram contidos pelos policiais. Por último, tentaram interromper a obra da Autopista, para chamar a atenção. Relataram que não adiantaria colocar novamente as manilhas, visto que a manutenção das mesmas precisava ser garantida. Além disso, informaram que há anos eles vêm requerendo a troca dessas manilhas por uma maior, porém o problema ainda não foi resolvido.

Como as perdas são recorrentes e há o risco constante de morte os moradores estão revoltados, pois, segundo eles, nenhum representante da Autopista se apresentou para uma negociação. Apenas a polícia federal foi enviada para o local para garantir que a obra fosse concluída. Tal situação

agravou ainda mais o descontentamento dos moradores, pois esses se sentem “tratados como bandidos”. Um deles relatou:

Quando é para mandar polícia pra cá eles sabem mandar, mas até agora ninguém apareceu para explicar por que a manilha grande ainda não foi colocada. Tão tratando a gente como se fosse bandido, tem que ficar com viatura na porta de casa agora. Não tem ninguém bandido aqui não, é tudo família, tudo trabalhador. E se a água tivesse subido na hora que a gente tivesse trabalhando? Quem ia ajudar o pessoal aqui com as crianças? A gente só não aguenta mais viver assim, correndo risco de perder um filho. A gente tá sendo tratado como lixo, estamos abandonados. Ninguém quer saber o que tá acontecendo. Eles fazem isso porque não é com eles que tá acontecendo isso. Disseram pra gente não fazer manifestação se não a gente perde a razão, mas eles não entendem que a gente já perdeu tudo (Relato de um morador, 2018).

Ao indagar uma moradora sobre se eles iriam receber o aluguel social ela informou que ninguém quer sair dali, pois todos são como uma família, um ajuda o outro.

Se a gente for pra essas casinhas da prefeitura vai ser pior porque lá tem violência, é tráfico, as pessoas são até expulsas às vezes. Aqui não tem essas coisas. Um ajuda o outro. Além disso ia atrapalhar a gente trabalhar. Aqui a gente já se vira. A única coisa que a gente pede é que a obra seja feita como deve ser. A gente não tá pedindo indenização, não tá pedindo móvel. A gente trabalha e faz de novo. Mas a gente precisa que a obra da manilha seja feita (Relato de uma moradora, 2018).

Pela fala da moradora é perceptível que o deslocamento nem sempre é a melhor opção. Vários estudos já demonstram que quando isso ocorre as famílias podem simplesmente sair de uma considerada situação de risco, mas serem inseridas em outra. Os laços de solidariedade são rompidos causando transtornos à rotina da família, dificultando o trabalho, a educação das crianças e adolescentes e até contribuindo para que novos conflitos se instalem. Portanto, é preciso que decisões desse tipo sejam fundamentadas e tomadas com muita cautela.

Os conflitos relatados aqui não são recentes. A partir da pesquisa foi possível descobrir que as casas atingidas pela movimentação de massa são parte de um conjunto habitacional construído pelo próprio município há cerca de 20 anos. Moradores alegaram que no momento em que receberam as casas e identificaram que as mesmas encontravam-se ao lado de uma encosta, logo

alertaram para o risco que isso traria. Mesmo com tal posição, o projeto não foi alterado.

Trata-se da marca regional da injustiça ambiental, sendo esta “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2008, p. 02).

É importante salientar também que essa mesma localidade, apontada pelos moradores como sendo de risco há tantos anos atrás, foi mapeada pelo Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro em 2012 e classificada como uma área de risco iminente a escorregamento, tendo ocorrido notificação ao município (RIO DE JANEIRO, 2012). Trata-se, portanto, de uma tragédia anunciada pelo saber popular e científico.

3. CONCLUSÃO

A produção de saberes na área de desastres ambientais tem crescido bastante nos últimos anos no Brasil. Todavia, interessa-nos questionar o destino de tais saberes. As Ciências Sociais como um todo atuam em uma esfera distinta das demais ciências, o que as coloca perante posições que se desdobram em atividades de caráter político. Trata-se de uma área, portanto, que impacta a sociedade, que possui uma posição intervencionista na mesma (LÖWY, 2000).

Assim, a busca por se trabalhar a partir de um observatório de desastres caminha nessa direção, tendo como princípio norteador a disseminação de conhecimento para os diversos públicos, visando não somente construir uma base de dados sistematizada, mas também dar visibilidade às expressões da “questão social”, além de subsidiar movimentos sociais, associações, estudos acadêmicos, dentre outros.

Com as pesquisas que vem sendo realizadas no âmbito do ODA, tem-se identificado uma série de conflitos envolvendo antigas e novas questões, demonstrando haver, não somente em Campos dos Goytacazes, mas no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a formação histórica de uma base

social marcada pela injustiça ambiental, pela dominação de oligarquias e pela produção de desigualdades sociais em escala considerável.

Esse contexto tem gerado e intensificado os processos de desastres ambientais, principalmente os relacionados à água, uma vez que os elementos provenientes dessa estrutura social (como a pobreza, o patrimonialismo e o clientelismo), tem levado grande parte da população a buscar as áreas frágeis ambientalmente como moradia, quando isso não ocorre a partir de uma ação do próprio governo – como ocorreu em Morro do Coco.

Em suma, verifica-se no município a recorrência de desastres historicamente construídos e conhecidos há séculos, porém que até hoje se fazem presente no cotidiano da população (principalmente a mais pobre). Apresenta-se também como realidade do município, o alerta de novos momentos de crises de desastre vindos tanto da população quanto de técnicos. Todavia, percebe-se uma histórica omissão do poder público para tais alertas, até que o ápice desse processo se estabeleça (com a presença de fortes chuvas, por exemplo), e o conflito se intensifique.

REFERÊNCIAS

CAMPOS DOS GOYTACAZES. PMCG – DEFESA CIVIL. **AVADAN**. De 2003 a 2011.

COSTA, Helder; TEUBER, Wilfried. **Enchentes no Estado do Rio de Janeiro: uma abordagem geral**. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

GILBERT, Claude. **Le pouvoir en situation extrême**. Catastrophes et Politique, L'Harmattan, 1992.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. In: SEMINÁRIO CEARENSE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL, 1., 2006, Fortaleza. **Anais...**Fortaleza, 2006.

IBGE. **Campos dos Goytacazes (RJ)**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. ed. Tradução: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Cortez, 2000.

MALAGODI, Marco Antonio Sampaio; SIQUEIRA, Antenor Maria da Mata. Enchentes, Vulnerabilidade e Remoção em Campos dos Goytacazes (RJ). In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais...** Belém (PA), 2012.

RIO DE JANEIRO - DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS – DRM/RJ. **Mapa de localização dos setores de Risco Iminente a escorregamentos no município de Campos dos Goytacazes – RJ.** Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico. 2012. Disponível em: <<http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/24-contedo-carta-de-risco>>. Acesso em junho de 2018.

SIQUEIRA, A.M.M. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. In.: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGOLI, M. A.S. (Org.). **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos.** São Carlos: RiMa Editora, 2015.

SIQUEIRA, A. M. da M. Desastres Ambientais e Conflitos Socioespaciais no Brasil. **Geografares**, Espírito Santos, n. 22, v.01, 2016.

SOFFIATI, Arthur. Gerenciamento Ecológico dos canais do Norte Fluminense. **Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, Niterói/RJ, n. 1, 2011.

_____. As enchentes na baixada dos Goytacazes. **Jornal Folha da Manhã**. 2018a. Disponível em: <<http://opinioes.folha1.com.br/2018/03/28/arthur-soffiati-porque-das-enchentes-em-campos-e-como-evita-las/>>. Acesso em: 5 maio 2018.

_____. **Chuvas e cheias na região, há 10 anos e agora.** Jornal Folha da Manhã, 2018b. Disponível em: <<http://opinioes.folha1.com.br/2018/03/17/arthur-soffiati-chuvas-e-cheias-na-regiao-ha-10-anos-e-agora/>>. Acesso em: 5 maio de 2018.

TRF. **Apelação Civil AC 2008.51.03.003067-2.** Rio de Janeiro: TRF, 2014. Disponível em: <<https://trf-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24946143/ac-apelacao-civel-ac-200851030030672-trf2/inteiro-teor-113685848#>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

SCHADECK, Rafael (Org.). **Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil: 1995 – 2014.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres - CEPED, 2016. 230 p.

VARGAS, M. A. R. **Da “chuva atípica” à “falta de todo mundo”:** a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlo, 2012.